



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO [VETO Nº 45/2016](#)

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2016 (MPV nº 734, de 2016) [[CD](#) - [SF](#)]

Quantidade de dispositivos vetados: 01

Norma jurídica gerada: [Lei nº 13.351, de 25 de outubro de 2016](#).

Veto aposto “por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público”.

Relator: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)

Relator-revisor: Deputado Hugo Leal (PSB/RJ)

Ementa da Medida Provisória e do projeto de lei de conversão vetado:

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de correntes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

Explicação do veto:

O dispositivo vetado inclui vedação de transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

* Os comentários inseridos à esquerda remetem a dispositivos de lei mencionados ou do próprio projeto.

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
1.	<p><u>- art. 2º do projeto:</u></p> <p>“Art. 2º É vedada a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do Estado do Rio de Janeiro para o Município do Rio de Janeiro durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.”</p>	<p>Vedação de transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.</p>	<p>Origem: Emenda do Relator nº 8-CM.</p> <p>Justificativa: “[...] a fim de evitar que servidores efetivos dos órgãos de segurança pública hoje lotados nas demais cidades do Estado do Rio de Janeiro sejam deslocados para a capital do estado durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016.”</p>	<p>“O dispositivo representa violação aos artigos 18 e 25 da Constituição da República, ferindo a autonomia do Estado e a regência pela sua própria Constituição. Ademais, o mesmo extrapola o tema da medida provisória em conversão, configurando impertinência temática, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI STF 5127/DF). Além disso, compete à autoridade estadual determinar a melhor gestão da respectiva força policial.”</p> <p><i>Ouvindo o Ministério da Justiça e Cidadania e a Advocacia-Geral da União.</i></p>